

32 | DOMINGO | 24 DE JANEIRO

HISTÓRIAS

JUSTIÇA

FERNANDO MADAÍL TEXTOS

OBSTINADA OBSESSIVA E AMBICIOSA

A procuradora que mandou vigiar jornalistas tinha fama de ser uma legalista demasiado meticulosa. O “clima está agitado” no Campus de Justiça de Lisboa

A

overem a reportagem da ‘Sábado’ sobre os jornalistas vigiados, seguidos e fotografados pela PSP durante dois meses, em 2018, como se fossem traficantes ou terroristas, sem haver qualquer autorização prévia de um juiz de instrução, algumas figuras dos meios judiciais estranharam que a operação tivesse sido ordenada por Andrea Marques. Aquela procuradora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa tinha fama de ser sempre muito ciosa nas questões da legalidade, chegando a ser considerada quase uma mania a forma meticulosa com que exigia que se averiguassem os ínfimos pormenores.

O sorriso afável e simpático com que Andrea Cristina Silvestre Marques recebe advogados nas primeiras diligências ou retine com polí-

cias no início das investigações não revela pessoa obstinada, que “parece ter uma ideia pré-concebida acerca do caso em concreto e é incapaz de escutar as opiniões dos outros”. Mas apesar de assertiva do ponto de vista jurídico, no momento de se tomar uma decisão liga o “complicómetro”, ironiza quem que já esteve ligado a alguns dos seus processos.

Apesar dos “recursos escassos” em termos de pessoal para a enorme quantidade de crimes que se têm de investigar no País, a procuradora de 43 anos é descrita como alguém que tem uma obsessão com os detalhes, que, demorando demasiado a serem examinados, pouco ou nada vão acrescentar à acusação. Para se ter uma ideia do exagero na sua forma de atuar, uma fonte ligada à investigação

■ ■

Contrariada pela equipa, abandonou a investigação do caso BES

policial lembra que Andrea Marques afetou toda a Unidade de Perícia Financeira e Contabilística da PJ, durante mais de um ano, a apreciar, em exclusividade, o processo do grupo de colégios privados GPS, de António Calvete. Mesmo que a realidade de efetivos e de capacidade fosse outra, tem sempre de haver uma ponderação, para não se desperdiçar tempo com questões de ‘lana caprina’.

Um sotaque açoriano

Desde que Andrea Marques entrou no DIAP de Lisboa, em 2009, já lhe foram confiados processos importantes, como a ‘Operação Tutti Frutti’ – uma série de buscas nas sedes do PS e do PSD, onde foi apreendida bastante documentação, para se tentar descobrir ‘esquemas’ de ‘jobs for the boys’ e adjudicação direta de serviços a empresas ligadas ou controladas por dirigentes políticos –, que continua sem fim à vista.

Mulher discreta na forma como se apresenta, que mantém resquícios do sotaque açoriano (nasceu em Ribeira Grande, a 4 de novembro de 1977), ao contrário de outros superiores que berram ou dão um murro na mesa para se impor, mantém “um tom de voz que nunca aumenta, mas passa da inicial docura diplomática para uma lógica de sorriso amarelo” quando insiste ou ordena que se prossiga da



Repórteres seriam um meio para se tentar apurar a fonte

maneira que pretende. Parece “considerar que a sua visão sobre os factos é a única correta”, queixa-se quem colaborou com a procuradora que se tornou agora conhecida do País.

Acaba, assim, por se tornar uma figura facilmente conflituosa, provocando “imensos engulhos” com investigadores, polícias e mesmo colegas. Quando não tem o poder de mandar e é contrariada na sua ideia, abandona equipas, como sucedeu com a saída da investigação do caso BES, liderada pelo procurador José Ranito – com o qual Andrea Marques, como sucedeu noutras situações, se terá incompatibilizado.

Os jornalistas eram só um meio

Uma das versões que corre pelos corredores judiciais sustenta que os jornalistas não seriam o alvo da



investigação que a tornou notícia e em que terá quebrado várias regras. Tratar-se-ia, antes, de um espécie de “vingança” interna, sendo os repórteres um meio para se tentar apurar quem era a sua ‘garganta funda’ na quebra do segredo de justiça que teria originado notícias sobre buscas de emails no Benfica, na operação conhecida por E-Toupeira.

O principal visado como a fonte de

informação seria o anterior diretor nacional da PJ, Almeida Rodrigues, mas também coordenadores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção – que viriam a ser investigados, também por iniciativa de Andrea Marques, a 12 de junho de 2019, quando a procuradora decidiu que se procedesse a buscas nas instalações da Judiciária e pediu o acesso ao correio eletrónico e à faturação detalhada dos telemóveis

destes “suspeitos”.

Ambiciosa profissionalmente, uma fonte do meio judicial adianta que “a estratégia que tem seguido é a de se colar a pessoas que a podem ajudar a subir na carreira”. Em 2015, por exemplo, era a primeira vogal da direção na lista de Júlio de Pina Martins para o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público – que seria derrotada pela de António Manuel Ferreira Ventinhas.

E agora, numa aliança estratégica, é “unha com carne” com Fernanda Pêgo, a procuradora que dirige o DIAP de Lisboa, desde outubro de 2017, e é a sua superior hierárquica. Mas tudo indica que, por estes dias, pelo menos no Campus da Justiça, em Lisboa, após “o tiro no pé” que foi a revelação do mais grave atentado à liberdade de Imprensa da III República, o “clima está agitado”.